

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

GABRIEL ROCHA CAMPANHA

**ELABORAÇÃO DE INICIATIVA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Belo Horizonte

2013

GABRIEL ROCHA CAMPANHA

**ELABORAÇÃO DE INICIATIVA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a Marlise Miriam de Matos Almeida

Belo Horizonte

2013

GABRIEL ROCHA CAMPANHA

**ELABORAÇÃO DE INICIATIVA PÚBLICA DE INCLUSÃO DE TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para a Graduação em
Gestão Pública da Universidade Federal
de Minas Gerais como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Gestão
Pública.

Banca Examinadora:

Marlise Miriam de Matos Almeida

(Orientadora)

Eleonora Schettini Martins Cunha

Professora do Departamento de Ciência Política

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2013

RESUMO

Este trabalho de conclusão de Curso de Graduação em Gestão Pública (UFMG) propõe elaborar uma iniciativa de intervenção que visa incluir travestis e transexuais no mercado de trabalho formal. A proposta se utiliza, fundamentalmente, da metodologia do Quadro Lógico para levar a cabo esta iniciativa. Primeiramente é conceituada e caracterizada a metodologia do Quadro Lógico, seguido por considerações sobre a elaboração desta iniciativa. Na sequência, seguindo o escopo a iniciativa de política pública e melhor detalhada acompanhada de uma discussão de fundamentação teórico-conceitual que a sustenta. Por fim são feitas considerações finais sobre a elaboração desta proposta que se considera como inovadora na gestão pública brasileira.

Palavras-chave: mercado de trabalho, política pública, travestis, transexuais, transgêneros, quadro lógico.

ABSTRACT

This paper is an effort to conclude the Undergraduate Program in Public Administration (at UFMG). It proposes an initiative of public intervention to include transvestites and transsexuals in the formal labor market. The proposal, essentially, is supported by the Logical Framework methodology. First we Logical Framework methodology, followed by general considerations on the development of this initiative. In the sequence, following the scope of public policy initiative the work is accompanied by a detailed discussion of theoretical and conceptual foundation that sustains it. Finally we go to the concluding remarks on the development of this proposal which is considered as an innovation in public administration in Brazil.

Key-words: formal labor market, public policy, transvestite, transsexual, transgender, logical framework.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2: A METODOLOGIA DA PROPOSTA	9
2.1: A ESTRUTURA DO QUADRO LÓGICO	9
2.2: DESCRIÇÃO DO QUADRO LÓGICO	10
2.3: ELEMENTOS DE PLANEJAMENTO NÃO CONSTANTES NA ESTRUTURA DO MQL.....	12
3: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS E PAVIMENTAÇÃO CONCEITUAL	15
3.1: TRANSEXUALIDADE, TRANSGÊNEROS E TRAVESTIS	15
3.2: A HETERONORMATIVIDADE	17
3.3: ALGUMAS LIMITAÇÕES QUANTO AO GRUPO-ALVO	17
3.4: ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	18
4: ESCOPO E DETALHAMENTO DA INICIATIVA	20
4.1: ANÁLISE CONTEXTUAL DA PROPOSTA	20
4.2: ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	21
4.3: ANÁLISE DO PROBLEMA	24
4.4: A FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS	27
4.5: OS ELEMENTOS DE BASE.....	29
4.6: PLANO DE ATIVIDADES	31
4.7: A PROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS	34
4.8: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO (INDICADORES)	38
4.9: A ANÁLISE DOS RISCOS	39
4.10: SUPOSIÇÕES IMPORTANTES.....	40
5: NOSSAS REFLEXÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXO	46

INTRODUÇÃO

“É necessidade e não opção” é o que afirma Ana Carolina Fernandes (2013) ao relatar sobre a prostituição no universo travesti. A fotógrafa passou três anos clicando a realidade desse grupo no Rio de Janeiro e concluiu como sendo praticamente “compulsória” a profissão do sexo para as mulheres que realizaram o “trânsito de gênero”¹. É focando nessa questão que a proposta deste trabalho se justifica.

O presente trabalho de conclusão de Curso de Graduação em Gestão Pública pretende elaborar uma iniciativa de intervenção que visa incluir travestis e transexuais no mercado de trabalho formal. Apesar da total escassez de dados quantitativos confiáveis que retratem a realidade laboral desse segmento social, através de dados qualitativos é possível se chegar à conclusão que o desemprego e/ou a ocupação informal para as “trans” são realidades impostas por um modelo de organização social baseada no heterossexismo² e, portanto, seus direitos humanos ao trabalho não são efetivamente cumpridos. É tendo este cenário como nosso pano de fundo que pensamos em elaborar uma proposta de intervenção pública com ações que catalisem as oportunidades de emprego formal. Entendemos que o direito ao trabalho, especialmente numa sociedade capitalista, pode funcionar como importante elemento de vinculação social, possibilitando, inclusive, que as pessoas “trans” possam, através do exercício laboral formalizado, vir a se tornarem mais cidadãs de fato.

A metodologia utilizada para a elaboração desta iniciativa é o Método do Quadro Lógico, acrescido de alguns outros itens. Optou-se por essa forma, pois ela proporciona uma maneira mais palpável de entendimento para todos/as os/as possíveis interessados/as nessa proposta, e apesar de, a princípio, o fazermos estritamente para fins acadêmicos, consideramos seriamente a possibilidade de que algum setor governamental possa, eventualmente, se cativar pela proposta e ela

¹ O trânsito de gênero é feito por aqueles que não se identificam com o gênero imposto pelo seu sexo biológico, assumindo uma identidade que difere deste.

² Atitude de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda sexualidade não-heterossexual, não hegemônica.

venha a servir de base para a elaboração de políticas públicas análogas, em maior ou menor grau.

Este trabalho, então, está dividido em quatro capítulos centrais (além desta introdução). O próximo capítulo será para apresentação da metodologia utilizada, o MQL, e alguns outros aspectos relevantes intrínsecos a ele. No capítulo seguinte, são feitas algumas considerações prévias indispensáveis para a formulação dessa iniciativa, como o enquadramento mais geral referente às conceituações e o marco teórico norteador da proposta, assim como serão listadas algumas de suas limitações. A seguir, temos o capítulo mais substantivo deste trabalho e em que são feitos os delineamentos mais gerais e o escopo desta proposta de iniciativa utilizando sempre como nossa base o MQL. Por uma questão didática este módulo foi dividido em dez tópicos seqüenciais e interligados. Por fim, dedicamos um módulo deste trabalho a algumas reflexões finais a respeito desta proposição. Decidimos por colocar a Matriz de Quadro Lógico que referencia esta proposta em anexo, uma vez que o seu conteúdo efetivo nada mais é do que uma síntese do que já consta no terceiro capítulo.

Dessa forma, esperamos que a propositura deste trabalho venha a contribuir para o desenho de alguma proposta de política pública que tenha seu foco direcionado para um grupo estigmatizado, oprimido, discriminado e efetivamente muito carente de políticas públicas no estágio atual do desenvolvimento social e econômico de nosso país.

CAPÍTULO 2: A METODOLOGIA DA PROPOSTA

O método de elaboração da iniciativa de intervenção proposta por este trabalho será o Método Quadro Lógico (MQL). Segundo Pfeiffer (2006) o MQL é uma “matriz elaborada sucessivamente, num processo de estruturação daqueles elementos considerados os mais importantes de um projeto e que permitem a sua apresentação sistemática, lógica e sucinta” (PFEIFFER, 2006, p. 147).

Surgido nos anos 1960 em decorrência de problemas de efetividade no planejamento em projetos de cooperação internacional que se dava pela pouca precisão dos objetivos, falta de clareza das responsabilidades intrínsecas e desentendimentos nas avaliações que impediam medidas de melhora desses projetos, a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development - USAID*) elaborou uma metodologia chamada LFA (Logical Framework Approach – Enfoque do Quadro Lógico) que hoje, após muitas revisões e aprimoramentos, resultou no que é designado mais comumente por MQL. Devido a sua eficácia, além da USAID, outros vários organismos internacionais começaram a aplicá-lo, e entre estes organismos destacam-se a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

2.1) A ESTRUTURA DO QUADRO LÓGICO (MQL)

Consistindo num “conjunto de conceitos interdependentes que descrevem, de modo operacional e organizado, numa matriz, os aspectos mais importantes de um projeto de intervenção” (PFEIFFER, 2006, Idem), o MQL é estruturado em quatro grandes colunas nas quais constam respectivamente e nesta ordem: (1) **a Lógica de intervenção**, (2) **os Indicadores objetivamente comprováveis**, (3) **as Fontes de comprovação** e (4) **as Suposições importantes**. E as linhas deste quadro são organizadas de forma tal que seus tópicos principais são agrupados, mais uma vez, em quatro grupos de finalidades centrais do projeto, sendo estas nomeadas como:

(a) Objetivo superior, (b) Objetivo do projeto, (c) Resultados e (d) Atividades principais. A representação gráfica geral do MQL é apresentada na figura abaixo:

Figura 1: Estrutura do Quadro Lógico

	Lógica da intervenção	Indicadores objetivamente comprováveis	Fontes de comprovação	Suposições importantes
Objetivo superior				
Objetivo do projeto				
Resultados				
Atividades principais				

Fonte: PFEIFFER, 2006

Como o próprio nome do método sugere, a lógica está intrínseca ao escopo de planejamento de uma iniciativa de intervenção/ação (pública, privada ou mista). Existem dois eixos analíticos e de raciocínio explicitados na estrutura do MQL: a lógica horizontal e a lógica vertical.

A lógica vertical é expressa na primeira coluna conjuntamente com as suposições importantes do mesmo nível. Sendo assim, as atividades, juntamente com suas suposições, produzem resultados e esses com suas suposições geram um efeito, o objetivo do projeto, que por sua vez, somadas com suas suposições vai alcançar algum objetivo superior. E a lógica horizontal é expressa pelas suas finalidades estabelecidas, (objetivo superior, de projeto e resultados) adicionados os seus respectivos indicadores com suas fontes de comprovação de mesmo nível (mesma linha).

2.2) DESCRIÇÃO O QUADRO LÓGICO

➤ Primeira Coluna: Lógica de intervenção

- *Objetivo Superior (ou Geral)*

Esse objetivo define o norte do projeto, tem um caráter amplo e de difícil mensuração e seus resultados geralmente são observáveis somente no longo prazo. O que se propõe nesse nível é uma mudança de cenário que o projeto (e não somente ele) visa concretizar.

- *Objetivo do projeto*

Neste nível pretende-se esclarecer a nova situação que se deseja alcançar, desta vez, após a execução completa do projeto. Aqui é necessário mensurar e especificar com exatidão e realidade com estabelecimento temporal para a situação desejada.

- *Resultados*

São os produtos gerados pelo efeito das atividades realizadas. Trata-se da descrição quantificada daquilo que a iniciativa de intervenção realiza no domínio do que as partes interessadas do projeto podem garantir.

- *Atividades Principais*

São todas as ações que garantirão o cumprimento eficaz dos Resultados. Devem ser elaboradas com o intuito de afetar a causa do problema principal que a iniciativa deseja enfim solucionar.

➤ Segunda Coluna: Indicadores

Estabelecer indicadores visa possibilitar a representação quantificada da lógica da intervenção. Tratam-se de variáveis de mensuração que caracterizam mais detalhadamente os objetivos e os resultados, fixam o que e quanto se pretende atingir, e ainda, permitem um padrão de acompanhamento e avaliação do que foi planejado. Deve-se distinguir, no MQL, pelo menos dois tipos principais de indicadores, os de impacto e os de processo, sendo o primeiro utilizado para se medir o nível de execução da iniciativa estabelecida e o segundo, por sua vez, pretende medir o(s) efeito(s) causado na população-alvo atingida pelas atividades.

➤ Terceira Coluna: Fontes de comprovação

Esta coluna está diretamente relacionada com os *Indicadores*. Aqui o objetivo é indicar onde se localizam as informações e os dados que irão compor as bases e/ou fontes para a coleta, a elaboração e o cálculo dos respectivos indicadores propostos. São estatísticas, pesquisas de opinião ou outras publicações e geralmente podem ser produzidos pelo próprio sistema de informação dos implementadores das políticas.

➤ Quarta Coluna: Suposições Importantes

Esta coluna pretende descrever fatores externos que, costumeiramente, tendem a escapar da influência direta e/ou da gerência que implementa a iniciativa, porém são considerados também importantes para seu êxito.

2.3) ELEMENTOS DE PLANEJAMENTO NÃO CONSTANTES NA ESTRUTURA DO MQL

Os tópicos acima descritos são os que constam na matriz de um MQL. Porém antes de sua elaboração outros componentes de planejamento que resultaram dessa matriz, devido a possibilidade de impactarem na eficácia da iniciativa proposta, devem ser levados em consideração em momento anterior. Segue, abaixo,

esses elementos conforme o resumo da Asdi (Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento) (2003):

- Análise de contexto

Um proposta de intervenção é influenciado por vários processos sejam eles sociais, políticos ou econômicos, ao planejar é imprescindível o reconhecimento preciso deste contexto, onde será possível identificar os fatores externos que serão importantes para a realização dos objetivos do projeto e o ambiente em o mesmo está situado.

- Análise das partes interessadas

Parte essencial de planejamento de propostas de intervenção é listar as partes interessadas, pois os diferentes grupos de interesse terão diferentes possibilidades de influenciar a iniciativa proposta. Elas são divididas em quatro grupos principais: **os beneficiados, os implementadores, os decisores e os financiadores.**

- Análise do problema

É a razão de existir de uma proposta de intervenção, sua justificativa. Deixar claro o problema social a ser solucionado para que se tenha compreensão de todos aqueles envolvidos com ele plena compreensão, das suas causas, consequências e os afetados por ele. Para que se tenha clareza desses aspectos utiliza-se um recurso gráfico chamado **Árvore de problemas**, em que são representados uma situação-problema (tronco), suas causas (raiz) e os efeitos acarretados por ela (galhos e folhas).

- Programação dos recursos

É necessário especificar todos os recursos mínimos necessários para a viabilização da proposta. Isso pode consistir em: recursos humanos (pessoal), financeiros, de comunicação e temporais, além de instalações (espaço) e equipamentos. Não se aplica a este trabalho, mas vale ressaltar que algumas instituições que financiam projetos sociais, exigem que essa informação seja passada para a concessão dos recursos.

- Análise dos Riscos

Devem ser previstos as ameaças que podem comprometer o êxito de toda iniciativa de intervenção. Elaborar um plano de gestão de riscos pode ser uma estratégia fundamental, pois é mais maleável lidar com problemas que foram previstos.

CAPÍTULO 3: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS E PAVIMENTAÇÃO CONCEITUAL

3.1) TRANSEXUALIDADE, TRANSGÊNEROS E TRAVESTIS.

Para tratar das definições acima, precisaremos antes tratar de outro conceito central que permeia todos eles: o da sexualidade. Numa perspectiva social e histórica, ela pode ser definida como uma construção de um conjunto de fenômenos (corpo, desejo, comportamento, identidade etc.) voltados para a experiência do prazer sexual que são desenvolvidos durante a vida de ser humano por meio da adaptação pessoal oferecida pela cultura, pela sociedade e pela história³. Esse conjunto está associado a outras três dimensões conceituais também importantes: o **sexo biológico**, a **identidade de gênero** e a **orientação sexual**. Vejamos, de forma bem esquemática e resumida, como entenderemos aqui tais elementos conceituais:

- O sexo biológico está relacionado à distinção anatômica entre macho e fêmea, levando-se em consideração informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias;
- A identidade de gênero, por sua vez, está relacionada fundamentalmente à percepção pessoal de ser masculino ou ser feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres. Tal dimensão conceitual da sexualidade, diz respeito aos processos de identificação da pessoa e sua apresentação para si e para os demais, a partir de referências construídas historicamente e socialmente de como é ser masculino ou ser feminino. Essa identidade não necessariamente está relacionada ao sexo biológico, e é o que pretendemos tratar diretamente aqui quando nos referirmos ao nosso público alvo;
- E a orientação sexual refere-se diretamente à origem e alvo do desejo sexual, refere-se, então, ao gênero pelo qual a pessoa se sente atraída física, sexual, e emocionalmente. Existem três tipos de orientação sexual, a heterossexualidade

³ Adaptado do Livro de Conteúdo do Curso de formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, versão de 2009, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

(atração somente pelo gênero oposto), a homossexualidade (atração somente pelo mesmo gênero) e a bissexualidade (atração pelo mesmo gênero e pelo gênero oposto).

A discussão acima é fundamental para que possamos iniciar um entendimento mínimo a respeito do nosso público de intervenção aqui, a saber: transexuais e travestis. Gostaríamos de esclarecer que não existe ainda um consenso totalmente absoluto a respeito destes conceitos. Não entraremos nesse mérito aqui, pois este não é exatamente o nosso foco neste trabalho, e para facilitar nos utilizaremos daquelas distinções conceituais que são apresentadas no Glossário do texto base referente à 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada aqui no Brasil, em 2008:

Transexual: *pessoa com identidade de gênero que se caracteriza por uma afirmativa de identificação, solidamente constituída e confortável nos parâmetros de gênero estabelecidos (masculino ou feminino), independente e soberano aos atributos biológicos sexualmente diferenciados. [...] Isto pode se refletir na experiência cotidiana de auto-identificação ao gênero feminino – no caso das mulheres que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como masculinos no momento em que nascem – e ao gênero masculino – no caso de homens que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como femininos no momento em que nascem.*

Travesti: *pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e ou cirurgias plásticas, porem vale ressaltar que isto não é regra para todas.*

Diante dessa diferenciação de conceitos semelhantes optou-se por agregá-los na palavra “**transgênero**” ou que serão simplesmente tratados a partir daqui como o fenômeno “trans”, que se estabeleceu convencionalmente para se reunir, numa mesma categoria, todos/as aqueles/as que realizam portanto o trânsito entre um gênero e outro.

3.2) A HETERONORMATIVIDADE

Outro conceito que deve ser tratado por nós para propiciar uma melhor compreensão da justificativa dessa iniciativa é o de heteronormatividade. Tal como sugere a própria palavra, este conceito está relacionado às normas.

Parte-se do pressuposto aqui de que toda sociedade se estabelece a partir da construção de regras e normas que regulamentam a sexualidade. Ou seja, as sociedades humanas constroem referências normativas que, em última instância, têm a função de disciplinamento do exercício das sexualidades.

Essas normas, em nosso caso, se originaram da tentativa de imposição da regra da heterossexualidade como compulsório, ou seja, como a única ou a central forma de orientação sexual, aquela que é abertamente tratada como sendo a mais aceitável em nossa sociedade. Assim, a heteronormatividade refere-se a paradigmas que determinam como “o” padrão de relação mais socialmente aceitável e legítima aquela que está pautada no binário masculino/feminino, limitando-se assim os desejos sexuais e as identificações de gênero ao padrão do exercício da heterossexualidade compulsória e excluindo da norma geral toda e qualquer representação divergente desse padrão, pois as sexualidades tidas como “dissidentes” desta norma, a sociedade termina por tentar corrigi-las. Dessa forma, toda variação ao desvio desse modelo, seja através de manifestações homossexuais ou por expressões de transgeneridade, passa a ser considerada como marginalizada, discriminada e tida como “errada”, “desviante”⁴. O intuito social e político aqui é o da manutenção da norma heterossexual, o que pode resultar (e frequente acontece) em violência e exclusão social de **gays, lésbicas, travestis e transexuais**.

3.3) ALGUMAS LIMITAÇÕES DESTA PROPOSTA QUANTO AO GRUPO-ALVO

⁴ Adaptado do Livro de Conteúdo do Curso de formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, versão de 2009, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Um dos aspectos a respeito da gerenciabilidade de um iniciativa é a delimitação da população diretamente beneficiada por ele. Por isso é extremamente importante se traçar um retrato mais completo possível desse grupo com vistas a se levar em consideração também o seu fator comportamental.

Neste sentido, infelizmente, temos que reconhecer uma enorme limitação, pois há, efetivamente, uma escassez de estudos e dados estatísticos que possam ser levantados sobre o nosso público alvo. Temos, sem acesso a dados confiáveis bastante dificuldade em realizar uma descrição ou um esboço mais especificado a respeito das transexuais femininas e das travestis. Mas vários estudos qualitativos⁵ já têm fartamente demonstrado que elas estão excluídas do mercado de trabalho formal por diversos fatores (que, inclusive, serão analisados mais adiante).

No próximo capítulo faremos uma apresentação breve sobre as condições de vida e a situação social deste segmento tão excluído da nossa população com vistas a contextualizar e, de certa forma, também justificar esta iniciativa.

Essa carência de pesquisas sociais tendo como base os transgêneros e ainda mais especificamente os transhomens, inviabilizou a inclusão desses no grupo-alvo desta iniciativa, mas deixamos claro que eles também compartilham da privação de alguns direitos com as transexuais e as travestis, que independem do escopo deste projeto, como o direito a mudança do nome civil.

3.4) ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Esse é um ponto de extrema relevância para a eficácia desta proposta de iniciativa. E reconhecemos que tal definição, se seria a União, o Estado ou município a ser o agente implementador desta proposta de política, gerou bastante receio e dúvidas na decisão e na escolha.

Num primeiro momento cogitamos a esfera federal como sendo a principal executora. Porém, após uma análise mais minuciosa, essa possibilidade foi

⁵ Souza (2012), Garcia (2007)

abandonada, dado que a consideramos bastante intangível para o momento. Logo as opções recaem sobre os Estados ou os municípios. Julgamos as duas opções viáveis, mas devem ser consideradas as especificidades de cada um desses entes quando se considerar várias dimensões desta proposta.

Os Estados teriam aparatos administrativos mais robustos que os municípios para gerenciarem essa iniciativa, e os municípios, apesar de não disporem dessa superioridade, têm a vantagem de estarem mais próximos, mais íntimos da população alvo, o que facilitaria bastante na gerenciabilidade, pois o conhecimento do grupo-alvo no nível local é bastante expandido dada a proximidade dele. Decidimos optar por essa última vantagem e delinear a proposta para **as esferas municipais**, especialmente para municípios de grande porte e/ou metropolitanos (que são aqueles que concentram um maior número de população “trans”), mas deixamos explícito de que ele poderia ser moldado (e isso seria mesmo extremamente desejável) ao nível estadual desde que feitos os devidos ajustes.

CAPÍTULO 4: ESCOPO E DETALHAMENTO DA INICIATIVA

4.1) ANÁLISE CONTEXTUAL DA PROPOSTA

No Brasil, se considerarmos a aceitação social e as oportunidades em quaisquer aspectos, travestis e transexuais sempre estiveram à margem da sociedade, completamente excluídos enquanto cidadãos. O preconceito sofrido é ainda hoje notável, e no ano de 2013, esse grupo, além de estar excluído socialmente, vem sofrendo muitas manifestações públicas de discriminação e preconceito, com não raros muitos casos de violências de várias ordens e de agressões físicas que têm, com frequência, a consequência da morte.

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia, publicado em janeiro de 2013, foram registrados 128 casos de assassinatos de transexuais e travestis em 2012⁶⁷. Concomitante a essa situação é também observado um significativo conservadorismo no país, principalmente por parte de igrejas cristãs, católicas e protestantes que pregam a redução e a exclusão de direitos de cidadãos/ãs LGBT's pelos discursos de seus líderes, desconsiderando que estes/as cidadãos, embora não se encaixem no padrão de normalização e disciplinamento social das sexualidades, possuem os mesmos direitos que todo/a brasileiro/a deveria usufruir. Acentua, e mesmo agrava atualmente, ainda mais essa realidade, o fato de que algumas dessas lideranças religiosas (que pregam essa exclusão e discriminação) ocupem posições de destaque no Congresso Nacional (a exemplo do Pastor Feliciano que, atualmente, preside a Comissão Parlamentar de Direitos Humanos).

É preciso considerar também a hipótese de que esses setores conservadores estejam se manifestado mais na atualidade em função de uma reação ao crescimento da visibilidade LGBT nas últimas décadas, no Brasil. A conquista de

⁶ Disponível em <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/02/relatorio-20126.pdf>> acesso dia 13/09/2013.

⁷ Ressaltamos que esse foi o único relatório estatístico a respeito da criminalidade contra LGBT podemos citar. Existe uma escassez de estatísticas a respeito desse grupo, o que não permitiu fazer um retrato mais detalhado do grupo-alvo da iniciativa.

diversos direitos básicos, sendo que um dos principais e que ganhou maior visibilidade pública é o do direito à união homoafetiva, conquistada em 2011, através de uma decisão do STF. Tal decisão nos mostra que existe um lugar sendo conquistado. Também podemos citar o caso de Jean Willys, primeiro homossexual militante auto-declarado a ser eleito para um mandato de deputado federal⁸ em 2010 pelo PSOL-RJ com 13.016 votos válidos, Jean tem se destacado em seu desempenho como parlamentar ganhando o prêmio Congresso em Foco como melhor deputado do Brasil, pelo voto de internautas. Além disso, devemos igualmente considerar a presença de diversas personalidades LGBT que têm ganhado maior destaque nas mídias, e que são exemplos do crescimento da visibilidade dessa outra face da sociedade que não segue os padrões heteronormativos estabelecidos, que são tão rigorosamente protegidos.

Porém, transexuais e travestis, no que tange à visibilidade e conquista de direitos, ocupam um lugar de ainda muita desvantagem e de não reconhecimento social; pois continuam sendo retratadas/os de maneira estereotipada e preconceituosa pela mídia são praticamente excluídas/os do mercado de trabalho e dos espaços de convívio comum, vivendo escondidas/os em suas casas ou nos guetos das grandes cidades. Tudo isso contribui para que continuem na situação de exclusão que tentam enfrentar. Para a maioria delas/es, o único destino que encontram como forma até de sobrevivência, é a prostituição, que, inclusive, já está quase diretamente relacionada com esse segmento no imaginário público. Diante desse cenário, cabe ao Estado garantir a proteção à vida e a efetivação dos direitos humanos também dessa minoria. Apesar da atual conjuntura, o cenário se mostra apropriado para a criação de políticas focalizadas e específicas para esse grupo, dada a tendência (não desprovida de tensões e de conflitos) de aceitação e de conquistas de direitos das últimas décadas.

4.2) ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

⁸O deputado Clodovil Hernandez foi o primeiro homossexual a ser eleito deputado federal no Brasil, porém não fazia parte da militância LGBT e declarou não ter orgulho de sua orientação sexual antes de falecer em 2009.

Criar uma proposta de iniciativa que tenha como seu objetivo principal trabalhar a inserção destas pessoas na sociedade, através do mercado de trabalho, é uma necessidade em diversas situações. Neste caso específico, as principais partes interessadas na proposta serão as próprias beneficiadas, as travestis e transexuais, que dificilmente são encontradas em ambientes comuns de trabalho. Os empregadores terão, por sua vez, um papel fundamental para a eficácia da iniciativa, e o governo terá sua função exercida através do papel de implementador. A existência de grupos conservadores que provavelmente serão contra a existência de uma iniciativa pública desta natureza será inevitável. Porém, entendemos que já é o momento de se tentar sanar ou remediar, a partir do mercado de trabalho (um elemento central em nossa sociedade), a exclusão sofrida por esse grupo, e se tentar, portanto também, minimamente equalizar seus direitos enquanto cidadãos/ãos como todos/as os/as outros.

Com relação à população alvo desta iniciativa o grupo que, em nosso entender claramente carece de políticas públicas, é importante ainda esclarecer a presença de poucas pesquisas e estudos que os/as tenham como foco, o que certamente dificulta um diagnóstico mais preciso sobre o segmento. Todo diagnóstico feito para essa iniciativa se baseia em estudos de casos⁹ através da técnica do grupo focal¹⁰ de forma isolada, mas que retratam a realidade de transexuais e travestis no que diz respeito à exclusão social e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Conforme descrito por Souza (2012), apesar deste relatar que entrevistou várias travestis e transexuais em diversas profissões no mercado formal, as que mais se destacaram em seu estudo foram as de: atendimento em *call center* e no mercado da beleza (além, é claro, do mercado do sexo), sendo que a primeira opção foi revelada como apresentando péssimas condições de trabalho. Podemos concluir que para a inclusão dessa minoria no mercado formal, além da profissionalização,

⁹ Souza (2012), Garcia (2007) e Benedetti (2000).

¹⁰ Método de pesquisa qualitativo baseado em entrevistas grupais. A técnica consiste em um pequeno grupo de informantes que mediados por um moderador que administra os diálogos que elabora um relatório no qual serão analisados os resultados.

seria igualmente necessário alguma outra forma de incentivo por parte das empresas que irão lidar com essas/es cidadãs/ãos como lidariam com qualquer outro, desconsiderando as particularidades das mesmas.

O Governo que terá o papel de implementar a iniciativa é um ator que vem demonstrando tendência de apoio a políticas de garantia de direitos para a população LGBT, apesar de atualmente apresentar ações muito restritas no tocante a essa área. A Secretaria de Direitos Humanos, vinculada a Presidência da República, vêm promovendo várias ações direcionadas ao público em questão; inclusive em 2004, lançou o Programa “Brasil sem Homofobia” que propõe “promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (BRASIL, Ministério da Saúde, 2004, p12). Outro exemplo importante que podemos citar é Prefeitura do Rio de Janeiro que criou o Projeto DAMAS, executado pela Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual (CEDS-Rio). O projeto em questão consiste em cursos de capacitação profissional oferecidos pelo pela própria CEDS-Rio, e encaminhamento para estágios realizados nas próprias dependências da Prefeitura. Este Programa é o único implementado até hoje que visa especificamente a inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho. Ações de afirmação da cidadania LGBT, ainda que graduais, demonstram a possibilidade de que iniciativas como o aqui proposto venham a ser executados.

Infelizmente é observado crescente destaque de grupos conservadores no Congresso Nacional que estão empenhados em barrar toda e qualquer conquista de direitos de homossexuais e transgêneros. Em 2011, a Presidência da República optou por vetar outra iniciativa importante nesta área, o Programa “Escola sem Homofobia”, devido a uma forte pressão deste grupo. Outro exemplo é a tramitação do PLC 122 no Senado. O Projeto de Lei visa tornar a prática da homofobia como crime categorizando-a como crime de preconceito. Muitos líderes de igrejas protestantes fazem pressão para que o projeto seja rejeitado com a alegação de que o atual o seu texto feriria o direito de liberdade de expressão, o que tem se tornado eficaz, pois o referido projeto de lei encontra-se parado na Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa desde seu desarquivamento em Janeiro de 2011¹¹. Se até o final desta legislatura (dezembro de 2014) o projeto não for aprovado será arquivado novamente, podendo ser desarquivado na próxima legislatura o que dependerá da nova composição da Casa após as eleições de 2014. Não podemos deixar de citar outro recente episódio que gerou grande repercussão na imprensa e nas redes sócias, a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, apelidado de “cura gay”, que propunha sustar os artigos da Resolução 1/99 Conselho Federal de Psicologia que proibia a patologização de comportamentos ou práticas homossexuais pelos psicólogos no exercício da profissão. O projeto foi arquivado pela Mesa Diretora da casa e o desarquivamento deste ou a apresentação de outro com o mesmo teor somente poderá ser realizado na legislatura que se iniciará em 2015.

4.3) ANÁLISE DO PROBLEMA

Como já abordado anteriormente, podemos observar um padrão de organização social no país baseado em normas heterossexistas. A existência do chamado modelo heteronormativo não traria tantas complicações, se não ocorresse, junto a ele, uma forte realidade discriminatória envolvendo os “não seguidores” desse estilo de vida, sejam eles/as lésbicas, gays, transexuais ou travestis. Essa realidade não é a mesma para os diferentes atores/atrizes desse grupo. Com a redemocratização e ao longo da década de 1990 e início do século XXI, o movimento LGBT foi ganhando visibilidade nos diversos setores da sociedade, o que não implicou necessariamente redução do preconceito e igualdade de direitos perante os heterossexuais, mas, apesar do fato de ainda existir um elevado grau de conservadorismo por parte de alguns setores, gays e lésbicas conseguem obter algum grau de instrução e conseguem se introduzir no mercado de trabalho (o que não significa que inexista discriminação nesse espaço), o mesmo não se pode

¹¹ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604> visitado dia 15/09/2013

afirmar sobre os/as transexuais e travestis, que são ainda mais segregados socialmente.

Conforme relatado por Garcia (2007) e Souza (2012), vários fatores dificultam que transexuais e travestis consigam um emprego formal. Desses fatores, os mais marcantes são a falta de instrução/escolarização, o preconceito e tratamento pelo uso do nome civil masculino por parte dos empregadores, que ainda se recusam a aceitar a identidade de gênero delas. Quando conseguem alguma ocupação são obrigadas a aceitar péssimas condições de trabalho, o que acaba levando-as à informalidade. Em muitos casos, a única forma de trabalho é a prostituição que, inclusive, já está associada no imaginário social a esse segmento da população. O Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) fez uma pesquisa, em 2001, na cidade de Fortaleza e verificou que cerca de 90% das travestis do local fazem “programas” (ainda que ocasionalmente) e que 66% têm a prostituição como única fonte de renda.

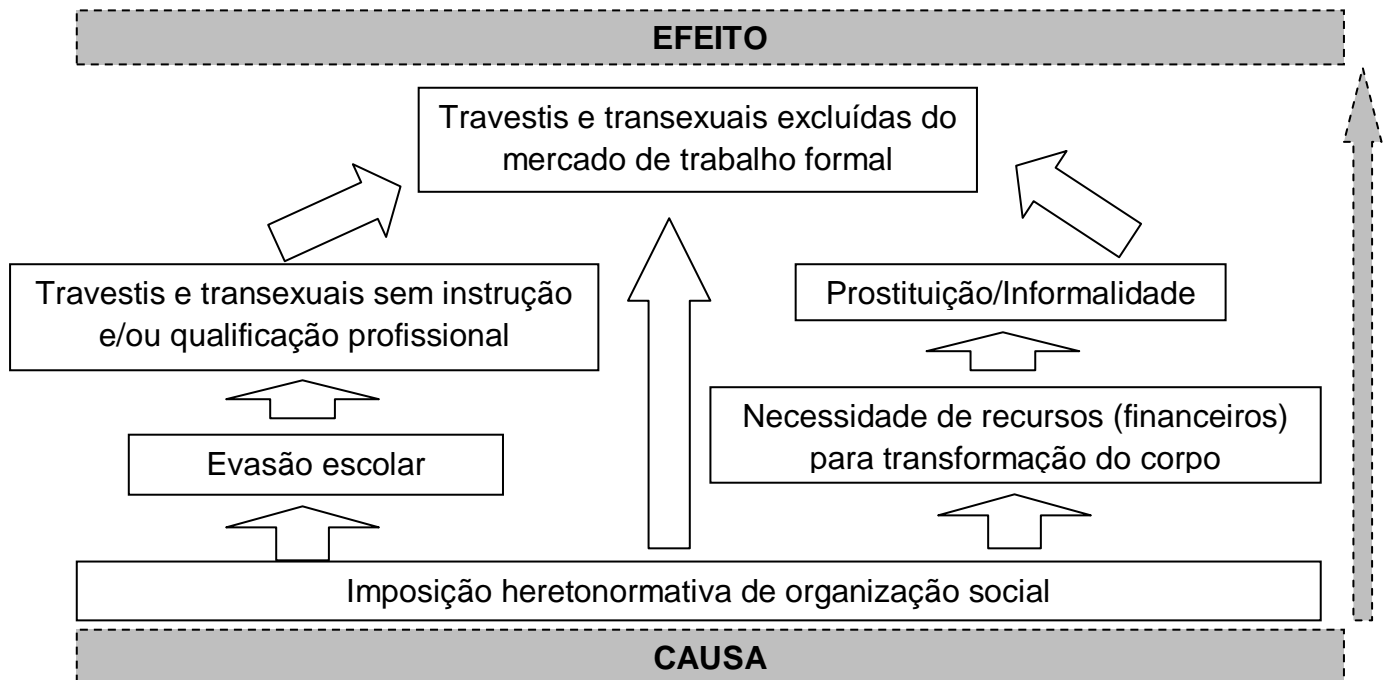
As questões que envolvem as pessoas que possuem esse modo de vida são mais complexas do que aparentam. O início da adolescência, período de desenvolvimento da puberdade é uma fase muito delicada e até mesmo decisiva para essas pessoas. A identidade de gênero feminina começa a se manifestar em um corpo em que o desenvolvimento começa a ser masculino. No ambiente escolar sofrem muita discriminação e com episódios de transfobia, o que as leva muitas vezes a abandonarem os estudos, chegando à idade adulta sem ter concluído o ensino médio ou mesmo o fundamental. Não existem estatísticas oficiais sobre a evasão escolar desse grupo específico, porém a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT estima que pode chegar até 73%.

Após alcançar a maioridade civil, muitas delas optam por mudarem de casa, e até de cidade, para se permitir viver com o corpo e com a vida que efetivamente desejam. Em um espaço diferente do familiar e escolar, eventualmente podem vir a contar com outras transexuais mais velhas, já transformadas, que de forma geral se incumbem de orientar as mais jovens no tocante a “conversão” para a anatomia feminina. Se tornarem mulheres é custoso, envolve o consumo de hormônios e as

aplicações de silicone. Uma mastoplastia, por exemplo, pode chegar a custar em torno de três mil reais, é nessa fase que muitas delas acabam indo para a prostituição ou para a informalidade, pois já não seguem o padrão heteronormativo e como têm baixa qualificação profissional, dificilmente conseguem emprego com carteira assinada (o que eventualmente poderia financiar a transformação).

O trabalho, para todos os seres humanos, é o exercício que assegura o sustento dos/as cidadãos/ãs, oferecendo “elementos que determinarão o grau de independência e emancipação do sujeito” (Souza, 2012). Concomitante a isso, vivemos em uma sociedade capitalista caracterizada pelo consumismo, o desemprego e a privação da possibilidade de inserção de todos em condições de igualdade no mercado de trabalho, e pode implicar também na impossibilidade do indivíduo obter bens essenciais, o que pode causar a sua exclusão social. Diante desses fatos torna-se necessária a elaboração de políticas públicas que visem à profissionalização desse grupo, para, enfim, torná-los parte do segmento comum da sociedade, e equalizá-los aos outros cidadãos. Segue abaixo a nossa proposta de “árvore de problemas” da exclusão de transexuais e travestis do mercado de trabalho formal.

Figura 2 – Árvore de problemas da situação das travestis e transexuais no mercado de trabalho



FONTE: Elaborado pelo autor.

4.4) A FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS

Conforme mencionado no início deste trabalho, o método utilizado estabelece a formulação de três propósitos que norteiam a proposta de iniciativa e que também farão parte de sua representação gráfica que o resumirá. São eles o *objetivo geral*, o *objetivo da proposta* e os *resultados*.

- Objetivo Geral

Conforme a análise feita acima, é passível de conclusão de que as pessoas “trans” no Brasil estão em situação de exclusão e privados de direitos sociais básicos, inclusive o trabalho. Dessa forma definimos o Objetivo Geral da iniciativa como:

- **Garantia aos transgêneros do pleno exercício de sua cidadania.**

- Objetivo da Proposta

Houve bastante dificuldade, em decorrência da inexistência de levantamentos estatísticos apurados a respeito dos transgêneros no Brasil de pensarmos em metas mais concretas. Tendo em vista esta limitação estabeleceu-se uma meta em números absolutos, mas já fazemos a ressalva de que tais indicadores são muito mais especulações em razão da insuficiência da disponibilidade de dados sobre este segmento da população.

➤ **A inclusão de, pelo menos, cem travestis/transexuais empregadas formalmente no período de um ano de vigência do Proposta.**

Isso prevê que as beneficiadas deverão ser qualificadas e direcionadas para uma ocupação formalmente registrada, com todos os direitos trabalhistas garantidos, além disso, a criação de meios para que elas se mantenham, de maneira efetiva, em alguma vaga de emprego. Paralelamente deve-se considerar que existem muitas travestis e transexuais exercendo atividades autônomas, caso isso ocorra de maneira informal serão criadas atividades que visem à regularização das atividades que estão sendo realizadas por esse segmento, ressaltando que elas também devem ser qualificadas com o intuito de se manterem e de expedirem e aprimorarem o seu negócio.

- Resultados

- 1. 100% das inscritas matriculadas e frequentes no ensino médio (ou equivalente), ou com o nível completo;**
- 2. 100% das inscritas com qualificação profissional ou técnica;**
- 3. 100% das inscritas, que não trabalham como autônomas empregadas formalmente em empresa que aderiu à proposta por, pelo menos, oito meses;**
- 4. 100% das travestis e transexuais que trabalham como autônomas e/ou possuem negócio próprio regularizadas formalmente perante os órgãos competentes;**

5. Consolidar, em todos os ambientes de trabalho, o hábito de seus membros utilizarem o uso do nome social das travestis e transexuais nas empresas.

Uma ressalva deve ser feita em relação ao item 5. As atividades que levarão a eficácia deste resultado foram incluídas no intuito da manutenção contínua das beneficiadas no local as quais foram incluídas, caso contrário poderia causar desconforto a elas o que poderia prejudicar a eficácia da iniciativa. O nome é o atributo do ser humano pelo qual ele se identifica, é o direito social que permite identificar o indivíduo que o possui, portanto, o nome está diretamente relacionado ao reconhecimento público e social da identidade de gênero desse segmento, e no momento é um dos direitos que o Estado brasileiro tem omitido aos cidadãos LGBT.

4.5) OS ELEMENTOS DE BASE

Antes de formular as atividades optamos por elencar algumas das iniciativas já feitas que contribuíram para elaboração da iniciativa.

- Projeto DAMAS

Como já citado é atualmente o único projeto que visa objetivo equivalente a este. Executado pela Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio de Janeiro (CEDS-Rio). Formando cerca de 20 alunas por semestre o projeto consiste em cursos de capacitação oferecidos pelo pela própria CEDS-Rio, e encaminhamento para estágios realizados nas próprias dependências da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

- Site TransEmpregos

Portal com ofertas de empregos exclusivas para as pessoas trans, recentemente lançado por uma iniciativa da analista de sistemas Daniela Andrade, o designer de produtos Paulo Bevilacqua e a advogada Márcia Rocha. O portal permite o cadastro gratuito de currículos dos/as interessadas nas vagas disponíveis, como também os empregadores interessados em disponibilizar as vagas. A iniciativa

surgiu devida uma preocupação “empregabilidade de travestis e transexuais no Brasil, um país em que, infelizmente, essa população ainda se encontra grande parte das vezes desempregada, precisando negar a própria identidade de gênero para encontrar um emprego” ¹².

- Projeto Regresso

Uma parceria entre o Instituto Minas Pela Paz e o Governo de Minas, através da Secretaria de Estado de Defesa Social, que visa a reinclusão no mercado de trabalho de egressos do sistema prisional, será também um elemento de base, pois também utilizaremos metodologia semelhante à presente neste projeto, no tocante a concessão de incentivos à contratação de pessoal por parte das empresas.

- Normas a respeito do uso do nome social

Um dos possíveis resultados desta proposta consta o uso do nome social pelos quais travestis e transexuais desejam ser tratadas socialmente. No âmbito da administração pública já existem normas que garantem o tratamento nominal ao qual a pessoa se identifica, porém na esfera da iniciativa privada qualquer tipo de regulamentação a respeito inexistente. Destacam-se a **Portaria 233, de 18 de maio de 2010 do Ministério Planejamento Orçamento e Gestão** que assegura esse direito na esfera pública federal, e a **Portaria 1612 de 21 de novembro de 2011 do Ministério da Educação** que resguardou as mesmas garantias às estudantes da rede federal de ensino. A título de informação a Universidade Federal do Amapá foi a primeira instituição a reconhecer esse direito, em 2009, quando o Conselho Superior da entidade aprovou a resolução até então inédita no Brasil.

Outras administrações de estados e municípios aderiram a essa tendência de regulamentação do uso do nome social nas repartições estatais, principalmente educacionais. Podemos citar o Decreto nº 55.588 de 17 de março de 2010 que

¹² Ver em: <www.transempegos.com.br/sobre/>. Acesso em: 28 nov. 13

concedeu o direito no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, como também a Resolução nº 2/2008 do Conselho Municipal de educação de Belo Horizonte que determina que nos registros dos diários de turma, boletins escolares e demais registros deverão constar o nome social, quando solicitado pelo/a aluno/a ou pelo responsável do mesmo.

No Congresso tramitam alguns projetos de lei referentes ao tema que, caso aprovados ampliariam o direito de mudança de nome civil para outras condições além daquelas admitidas atualmente. Nos dias atuais, para que transgêneros consigam mudar o nome civil é exigido como requisito a intervenção cirúrgica de mudança de sexo, além da necessidade de uma determinação judicial. Mais adiante os referidos projetos de lei serão abordados.

- Selo da Diversidade

Em 2007, o Governo do Estado de São Paulo instituiu o Selo Paulista da Diversidade. Conforme consta no portal do governo paulista¹³ esse selo “tem por objetivo estimular organizações públicas, privadas e da sociedade civil a introduzir o tema da Diversidade, em seus ambientes de trabalho e em suas áreas de atuação, com vistas à promoção da inclusão de grupos vulneráveis no mercado de trabalho”. Essa prática será também um importante elemento de base para a iniciativa proposta nesse trabalho, julgamos de suma importância destacar boas práticas, pois ajuda a instigar e difundir iniciativas de inclusão, independente do grupo em questão.

4.6) PLANO DE ATIVIDADES

Considerando-se as dificuldades sociais impostas às travestis e transexuais, e a necessidade de melhorar a sua condição social, as ações foram pensadas como uma maneira de incluí-las a outros grupos. Estas atividades criarão meios para que se efetive a entrada de transexuais e travestis no mercado de trabalho formal em

¹³ Ver em: <<http://diversidade.sp.gov.br/selo-da-diversidade.asp>> acesso em 30/10/2013.

algumas ocupações e, além disso, pretende também contribuir para a permanência continuada delas nos postos de trabalho adquiridos. Esta iniciativa abordará atividades, portanto, não apenas de capacitação da população-alvo da proposta (transexuais e travestis), como também aqueles meios que poderão induzir outros atores que irão possibilitar o objetivo principal dessa proposta: as próprias empresas. Serão feitas ações que sensibilizarão e incentivarão essas empresas a contratar as beneficiadas pela proposta, bem como para buscar mantê-las contratadas por um determinado prazo. Outra ação que também será de extrema importância para a efetividade desta iniciativa é a realização de campanhas que visem à conscientização do público presente nos distintos ambientes de trabalho. Uma boa maneira de se começar com estas iniciativas pode ser fomentar o debate a respeito do uso de nome social para travestis e transexuais, uma vez que atualmente, conforme sabemos, inexistem dispositivos legais que garantem esse direito no âmbito do setor privado.

Com vistas à especificação das atividades a serem propostas, as dividimos em quatro grupos, sendo um grupo para as atividades prévias de sensibilização das potenciais empresas parceiras da iniciativa, um com ações direcionadas a capacitação e profissionalização, outro mais orientado para a inserção e manutenção das beneficiadas nos respectivos empregos formais e por fim as atividades que de conscientização sobre o uso do nome social (caso alguma norma federal que garanta o direito de mudança de nome civil seja aprovada e sancionada, as atividades deste grupo serão improcedentes, portanto suspensas). Os grupos não foram enumerados para que não se subentenda que possa existir uma ordem entre eles, todos serão executados de maneira paralela e simultânea e o início de um independe do término do outro, porém em algumas atividades dentro dos grupos isso pode acontecer como, por exemplo, a respeito dos cursos de qualificação, as beneficiadas somente poderão ser encaminhadas para tais, uma vez que a parceira com as instituições ministrem os cursos forem efetivamente firmadas.

Grupo de atividades de sensibilização nas potenciais empresas que irão participar da proposta:

- *Realizar palestras educativas com o tema de cidadania LGBT para que os membros das empresas absorvam os conceitos (identidade de gênero, orientação sexual, transgêneros, transexual, travesti) concernentes a esse assunto.*
- *Elaborar um curso a distancia (EAD) com a ementa “cidadania LGBT” em que serão lecionados os mesmos temas do item anterior*

Grupo de atividades de capacitação, profissionalização e preparação de travestis e transexuais para o mercado de trabalho formal:

- *Criar um cadastro (banco de dados) das inscritas na proposta e filtrá-lo segundo o grau de formação escolar;*
- *Encaminhamento das inscritas na proposta que não possuem ensino médio completo para escolas de educação de jovens e adultos visando preparação para os exames supletivos;*
- *Estabelecer parcerias com instituições de ensino públicas e privadas que ministrem cursos técnicos e profissionalizantes em diversas áreas a fim de viabilizar a disponibilização de vagas para as beneficiadas pela proposta.*
- *Encaminhamento das inscritas na proposta que possuem ensino médio completo para as instituições de ensino públicas e privadas, com as quais foram firmadas parcerias com a iniciativa para cursos técnicos e profissionalizantes.*

Grupo de atividades de inclusão e manutenção de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal:

- *Divulgar a iniciativa para as potenciais empresas em que as beneficiadas poderão ingressar;*
- *Credenciar as empresas interessadas em fazerem parte da iniciativa e firmar termo de compromisso após elas apresentarem as vagas disponíveis exclusivamente para as beneficiadas;*

- *Encaminhar para processo seletivo nas empresas credenciadas na iniciativa as potenciais beneficiadas observando-se as especificidades das vagas em concordância com qualificação de cada uma;*
- *Conceder isenção de 1% do total do ISSQN no mês devido pela empresa beneficiada para cada beneficiada da iniciativa empregada a cada quadrimestre, respeitados devidos limites a serem regulamentados através de decreto do Prefeito;*
- *Certificar com o **Selo de Responsabilidade Social LGBT** as empresas credenciadas pelo período mínimo de um ano na iniciativa, com o intuito de reconhecer o comprometimento das empresas em incluir travestis e transexuais no mercado de trabalho formal;*
- *Encaminhar para o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) travestis e transexuais que possuem negócio próprio informal e desejam se regularizarem perante os órgãos fiscais competentes;*

Grupo de atividades de conscientização sobre o uso no nome social das travestis e transexuais em todos os ambientes corporativos no mercado de trabalho:

- *Realizar palestras e oficinas com membros diretores das empresas participantes e não participantes com o intuito de conscientiza-los a respeito tratamento pelo nome social das travestis e transexuais.*

A atividade que prevê concessão de ISSQN (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) requer regulamentação com o intuito de se estabelecer limites de concessão para que a arrecadação municipal não fique comprometida. Esse regulamento deverá ser feito via legislação do município.

4.7) A PROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS

Para viabilização da implementação e execução da proposta necessita-se de determinados recursos humanos, financeiros, temporais e de instalação mínimos, abaixo são descritos os insumos mínimos necessários para realização da presente proposta.

Espaço onde deve ou pode ser realizada cada atividade:

Todas as atividades dos grupos de capacitação e inclusão poderão ser realizadas em escritório, sala ou estações de trabalho destinado à equipe gestora se instalar. Já as de conscientização a respeito do uso do nome social, devido a sua especificidade, faz com que seja necessário auditório, sala, plenário ou outro espaço que viabilize a atividade de maneira eficaz.

Meios de comunicação a serem utilizados para cada atividade:

No geral as atividades necessitarão de tecnologias de informação mínimas para comunicação com os diversos atores envolvidos na iniciativa, como telefones e correio eletrônico (e-mail). Além da possibilidade do uso de formas tradicionais de comunicação como mensagens escritas (cartas, informativos, memorandos, ofícios). Além disso, algumas atividades também deverão contar com outros meios para que possibilite a sua realização.

A forma que julgo a mais viável e eficiente de recrutamento e inscrição das potenciais beneficiadas para a proposta é a via eletrônica. Isso será possibilitado mediante a criação um portal eletrônico (site), com um link de um formulário em que as interessadas em participar da proposta se inscreverão e preencherão um questionário socioeconômico para levantamento de dados. Também será disponibilizada a possibilidade de inscrição presencial mediante formulário físico.

Cronograma de realização das atividades:

Esta iniciativa foi pensando para ser implementado de maneira continua, podendo ser reestruturado sempre que houver necessidade dada a avaliação periódica durante a execução do mesmo. Portando os prazos a seguir foram previsto para sua execução inicial, e como já ressaltado, os grupos de atividades não estruturam uma sequencia, sendo executados de maneira paralela se possível. É importante ressaltar que para execução de algumas atividades são necessários procedimentos administrativos tradicionais da administração pública brasileira ainda burocratizada, o que pode dificultar o cumprimento dos prazos programados abaixo.

Quadro 1 – Cronograma das atividades

Atividade	Mês de execução											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Criação do cadastro (banco de dados)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Encaminhamento para formação do Ensino Médio		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estabelecimento de parcerias para vagas de cursos técnicos e de profissionalização	X	X	X	X								
Encaminhamento para formação técnica e profissional				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgação da iniciativa para as empresas	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Credenciamento (termo de compromisso) das empresas participantes da iniciativa		X	X	X	X							
Encaminhar para processo seletivo as beneficiadas para as empresas credenciadas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Concessão da isenção de ISSQN							X	X	X	X	X	X
Encaminhar beneficiadas com negócio próprio informal para regularização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estabelecimento de parcerias com clinicas de cirurgia plástica	X	X	X	X	X	X	X	X	X			

Realização de oficinas e palestras nas empresas sobre uso do nome social		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Contratação de agência publicitária	X	X	X									

Os Recursos Humanos

No que diz respeito a gerencia de projetos, e mais especificamente, no âmbito do setor público necessitamos de profissionais capacitados para essa elementar tarefa. Calculamos a necessidade de 6 desse profissional, com formação acadêmica específica (Administração Pública, Gestão Pública ou Gestão de Políticas Públicas). Além disso, as travestis e transexuais são um grupo com certas particularidades que devem ser levados em conta ao entrarmos em contato com ele, portanto tem-se a necessidade de Psicólogos que se incumbirão desta tarefa, no qual estimamos a exigência de 3. Por fim teremos também de contar com o apoio administrativo de profissionais de nível intermediário, que serão responsáveis pelas tarefas rotineiras e burocráticas inevitáveis no âmbito estatal, precisaremos de 24 desses profissionais.

Os Recursos financeiros

Como o objetivo da proposta prevê uma meta anual, a tabela abaixo foi elaborada considerando os gastos para esse período de tempo.

Tabela 1 – Estimativa anual dos gastos por natureza da despesa

Natureza da despesa na iniciativa	Valor estimado (em R\$)
Pessoal	R\$ 576.000,00
Isenção	R\$ 2.000.000,00
Cursos de capacitação e qualificação	R\$ 12.000.000,00
Total	R\$ 14.576.000,00

4.8) AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO (INDICADORES)

Para medir quantitativamente os objetivos estabelecidos na proposta, será necessário o estabelecimento de alguns indicadores que possam mostrar o progresso de implementação da proposta e seu impacto no grupo em questão. O estabelecimento do “objetivo do projeto” e dos “resultados” já torna implícita a mensuração o que se pretende mensurar. Alguns dados brutos serão gerados à medida que o cadastro das inscritas for feita, dentre eles utilizaremos o número total de inscritas, o número de inscritas com ensino médio completo, o número de inscritas empregadas formalmente e o número de inscritas com algum grau de formação profissional. De posse desses dados pode-se estabelecer alguns indicadores de resultado:

- **Taxa de escolaridade desejada:** razão entre o número total de inscritas e as que possuem ensino médio completo;
- **Taxa de qualificação:** razão entre o número total de inscritas e as que possuem algum grau de formação profissional;
- **Taxa de emprego:** razão entre o número total de inscritas e as estão empregadas formalmente.

Todas as fontes de dados utilizados serão fornecidas pela própria gestão da proposta. Avaliações desse tipo (internas) eliminam os atritos da avaliação externa que enfatiza o método, mas tem pouca familiaridade sobre a área a qual se avalia. A análise interna elimina esse atrito já que os avaliadores têm conhecimento substantivo da iniciativa e beneficiários, não focando na metodologia, porem poderiam ser internalizados valores dos avaliadores nesse processo o que poderia eliminar a imparcialidade da avaliação. A designação de uma equipe própria para essa atividade foi pensada justamente para que se mantenha a neutralidade desse processo.

Com relação à **avaliação de impacto**, esta é dificultada pela escassez de dados a respeito do grupo-alvo, o que impossibilitou uma avaliação retrospectiva,

que servisse de parâmetro de mensuração (indicadores) dos efeitos da proposta após sua implementação. Portanto a análise de impacto será feita com base apenas nos resultados absolutos. Reconhecemos que essa forma não é a melhor possível, porém é a única possível de ser feita.

4.9) A ANÁLISE DOS RISCOS

Como já mencionado, um fator desfavorável ao bom andamento da iniciativa é o crescimento do conservadorismo nas esferas políticas no país. É observado que esses setores estão empenhados em limitar a ampliação dos direitos humanos para os/as cidadã/os LGBT, e é necessário se considerar aqui que, dado seu amplo poder de barganha, que estes poderão fazer forte publicidade negativa contra a iniciativa. Tal reação, certamente, poderia comprometer a adesão das empresas, uma vez que a imagem delas é um aspecto essencial para o bom andamento de seu funcionamento e da conquista de seus resultados. Uma importante atividade que visa prevenir e funcionar como um estímulo positivo contra essa ameaça é a concessão do incentivo econômico para as empresas, o que também poderia dar a elas o *status* de responsabilidade social.

Outro risco que se deve levar em conta também é o do não interesse da própria população-alvo em participar da/na iniciativa. Isso pode se dar devido à permanente desconfiança desse segmento populacional, justificado em função dos estigmas e das violências experimentadas perante: os objetivos da iniciativa, a possibilidade de problemas com a divulgação ou, até mesmo a acomodação à ocupação informal à qual já estão inseridas (a prostituição, na maior parte), criando uma relativa “zona de conforto”. Para evitar esse possível entrave, deverá ser feita uma abordagem bastante cuidadosa com e para as potenciais beneficiadas, para que a inscrição na iniciativa seja de forma espontânea, evitando-se, assim, maiores constrangimentos.

Vários fatores inerentes à proposta poderiam vir a contribuir para a sua ineficácia. Eles estão sendo tentativamente identificados aqui com vistas a se tentar prevenir tais riscos através de medidas planejadas antecipadamente.

Um deles poderá ser a limitação orçamentária e financeira da esfera governamental, ainda que o orçamento total da iniciativa seja pequeno perante o orçamento total dos municípios de grande porte ou metropolitanos, a distribuição desses recursos ainda é prerrogativa do Poder Executivo. Este pode tomar a decisão de não descentralizar fundos de financiamento que a iniciativa necessita, o que pode ocorrer em casos de contenção de gastos.

Outro obstáculo que se pode prever é o referido à má gestão da iniciativa, mas a escolha dos profissionais mais capacitados e empenhados pode ser uma possível solução para esta dificuldade, se todos os fatores contribuírem nada adiantará se os próprios gestores não acreditarem na efetiva contribuição social que a iniciativa poderá realizar.

4.10) SUPOSIÇÕES IMPORTANTES

Como já citado, um importante aspecto externo que poderia também vir a alterar o escopo da proposta é a aprovação de leis que alterem as condições e o procedimento para o uso do nome civil de transgêneros nos órgãos de registro. Dois deles merecem destaque. O **Projeto de Lei da Câmara (PLC) 72 de 2007**, de autoria do Deputado Luciano Zica (na época PT-SP), em tramitação atualmente no Senado, altera a regulamentação dos registros públicos passando a admitir a transexualidade como caso para alteração de nome no registro civil. E isso **ainda que a interessada não tenha sido submetida a procedimento medico-cirúrgico de adequação sexual**, porém continua mantida a determinação de sentença judicial. Sobre seu trâmite, após ser aprovada no Plenário da Câmara, e com parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, no presente momento o projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da mesma casa aguardando relatoria, desde janeiro de 2011¹⁴.

¹⁴ Disponível em <www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=82449> consulta feita em 27 de agosto de 2013.

Recentemente o Deputado Federal Jean Wyllys apresentou outro projeto mais abrangente que recebeu o nome **Lei João Nery**, no qual concede vários direitos às pessoas transexuais no Brasil, inclusive a mudança do registro civil sem necessidade de sentença judicial ou intervenção cirúrgica sexual. O projeto foi batizado em homenagem a João W. Nery, o primeiro caso notável de transexualidade masculina no Brasil, sua autobiografia foi publicada em 2011 com o título "Viagem Solitária - Memórias de um Transexual 30 anos depois". O referido projeto de lei foi enumerado de **PL 5002/2013**, após a apresentação na Câmara foi apensado¹⁵ ao **PL 70/1995** e este, no presente momento, está pronto para pauta no Plenário¹⁶. Este projeto é bem mais elaborado do que o primeiro citado, além de não impor barreiras burocráticas para mudança do registro civil, inclusive, deixa claro em seu texto que:

*“Em nenhum caso serão requisitos para alteração do prenome:
I - intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial;
II - terapias hormonais;
III - qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico;
IV - autorização judicial.”*

Outros aspectos importantes também são tratados na lei, como a definição da identidade de gênero, sendo a “vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo” e também estabelece o direito de reconhecimento, desenvolvimento e tratamento de acordo com essa identidade. Além disso, também dá possibilidade desses direitos aos menores de 18 anos (mediante autorização parental), o direito a intervenções cirúrgicas, o sigilo e a gratuidade do trâmite de retificação do nome.

¹⁵ Apensação: tramitação em conjunto. Propostas semelhantes são apensadas ao projeto mais antigo. Se um dos projetos semelhantes já tiver sido aprovado pelo Senado, este encabeça a lista, tendo prioridade sobre os da Câmara. O relator dá um parecer único, mas precisa se pronunciar sobre todos. Quando aprova mais de um projeto apensado, o relator faz um substitutivo ao projeto original. O relator pode também recomendar a aprovação de um projeto apensado e a rejeição dos demais.

¹⁶ Disponível em <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15009> consulta feita em 07 de outubro de 2013.

Comparativamente, entendemos que o Projeto de Lei João Nery seria o mais satisfatório no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos das pessoas trans. Porém sabemos também que ainda demanda tempo para mais esta conquista que será a sua aprovação em relação ao PL 72/2007, que tem estágio mais avançado de tramitação, mas seu texto ainda impõe a condição de sentença judicial para mudança do registro civil, o que não é interessante dada à demora do andamento dos processos civis no Brasil.

CAPÍTULO 5: NOSSAS REFLEXÕES FINAIS

No geral, apesar das dificuldades, acreditamos que esta proposta tenha um valor e um significado importantes para uma maior efetivação dos direitos dos segmentos trans no Brasil.

A principal objeção que ainda teremos que conviver refere-se às inúmeras dificuldades em relação ao diagnóstico situacional. Temos completa certeza da exclusão de travestis e transexuais do mercado de trabalho, porém estudos mais detalhados e os dados quantitativos que existem e estão disponíveis são muito escassos. Ressaltamos a urgência da realização de mais pesquisas para consolidação de dados desta natureza que poderão retratar com mais confiabilidade e seriedade vários aspectos sociais dos transgêneros no Brasil. Através disso poderemos ter uma real ideia do quão marginalizados esses cidadãos são, de fato, mensurar possivelmente o seu percentual no escopo de toda a população e também a sua localização geográfica e permitir que as políticas possam vir a ser mais focalizadas ainda e também que seja possível uma avaliação de impacto mais precisa.

Outro ponto que causou hesitação na elaboração desta proposta foi quando pensamos na forma de incentivo a ser concedido às empresas. Tivemos que pensar em alguma forma eficaz e ao mesmo tempo viável, evitando ações irrealizáveis, sob o ponto de vista da agenda governamental brasileira, em que, definitivamente, os direitos humanos não são uma real prioridade. No primeiro momento pensou-se numa forma de concessão tal qual do Projeto Regresso, citado nos elementos de base, porém avaliamos que essa forma seria um tanto intangível, dado o seu alto custo. Dessa forma, chegamos a um modelo de incentivo de isenção fiscal e de estímulo via certificação em que as despesas não afetem as outras prioridades e numa situação em que a execução da iniciativa seja realmente palpável.

Por fim, reafirmamos aqui a necessidade e a urgência de elaboração e proposta de ações de afirmação da cidadania LGBT em nosso país, com intuito de incluir essas pessoas no escopo da sociedade, vindo finalmente a contribuir para que elas/es deixem de ser personagens atípicos de nossa cultura heterossexista.

Quem sabe, pensando ainda de uma maneira utópica, iniciativas como a que apresentamos nesse trabalho, a partir do momento em que não houver mais exclusões, possam mesmo vir a ser totalmente desnecessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASDI (2003). Agência Sueca de Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento, Grupo de Metodologia. **Um resumo da teoria por trás do Método do Quadro Lógico (MQL)**. Desenvolvimento de capacidades e programas de intercâmbio internacional para parceiros suecos. Elanders Novum AB.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1612, de 18 de Novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Ano CXLVIII nº 222, 21 nov. 2011. Seção 1, p67-68.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais/Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Portaria nº 233, de 18 de Maio de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Ano CXLVII nº 94, 19 mai. 2010. Seção 1, p76.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-ano-de-2011>> Acesso em: 09 out 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>> Acesso em: 09 out 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Texto-base da Conferencia Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/co/glb/texbaglbt.pdf>> Acesso em: 26 out 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Caderno de atividades**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. São Paulo, 2007. Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo. Orientadora: Yvette Piha Lehman.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil - Relatório 2012**. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/02/relatorio-20126.pdf>> Acesso em: 09 out 2013.

PFEIFFER, Peter. **O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças**. In GIACOMONI, James e PGNUSSAT, José Luiz (Orgs.) Planejamento e Orçamento Governamental, coletânea, vol. 1. ENAP, Brasília / DF, 2006.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. Campinas, 2012. PUC-Campinas. Orientadora: Márcia Hespanhol Bernardo.

ANEXO: Matriz do Quadro Lógico, para a iniciativa de inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal.

Lógica da Intervenção	Indicadores objetivamente comprováveis	Fontes de Comprovação	Suposições Importantes
<i>Objetivo Superior:</i> Garantia aos transgêneros do pleno exercício de sua cidadania.	- Redução do número de crimes oriundos de transfobia; - Aumento do grau de escolaridade média entre os transgêneros.	- Polícias Cíveis e Militares dos Estados e DF - ONG's e Associações LGBT.	
<i>Objetivo da Proposta:</i> A inclusão de, pelo menos, cem travestis ou transexuais empregadas formalmente no período de um ano de vigência do iniciativa.	- Número de beneficiadas pela iniciativa.	- Relatórios finais e de execução.	
<i>Resultados:</i> - 100% das inscritas com ensino médio completo; - 100% das inscritas com qualificação profissional ou técnica; - 100% das inscritas, que não trabalham como autônomas empregadas formalmente em empresa que aderiu à iniciativa por, pelo menos, oito meses; - 100% das travestis e transexuais que trabalham como autônomas e/ou possuem negócio próprio, regularizadas formalmente perante os órgãos competentes; - Consolidar, em todos os ambientes de trabalho, o hábito de seus membros utilizarem o uso do nome social das travestis e transexuais nas empresas.	- Taxa de escolaridade desejada; - Taxa de qualificação; - Taxa de emprego - Número de palestras realizadas sobre a importância do uso do nome social.	- Relatórios finais e de execução.	- Caso lei que autorize a mudança do nome civil seja sancionada esse resultado (e suas atividades) serão suspensas.

Grupo de Atividades:			
Ações de sensibilização.	Capacitação, profissionalização e preparação para o mercado de trabalho.	Inclusão e manutenção no mercado de trabalho formal.	Uso no nome social em todos os ambientes corporativos no mercado de trabalho:
Descrição das atividades:			
<p>- Realizar palestras educativas com o tema de cidadania LGBT para que os membros das empresas absorvam os conceitos (identidade de gênero, orientação sexual, transgêneros, transexual, travesti) concernentes a esse assunto;</p> <p>- Elaborar um curso a distancia (EAD) com a ementa “cidadania LGBT” em que serão lecionados os mesmos temas do item anterior.</p>	<p>- Criar um cadastro (banco de dados) das inscritas e filtrá-lo segundo o grau de formação escolar;</p> <p>- Encaminhamento das inscritas que não possuem ensino médio completo para escolas de educação de jovens e adultos visando preparação para os exames supletivos;</p> <p>- Estabelecer parcerias com instituições de ensino públicas e privadas que ministrem cursos técnicos e profissionalizantes em diversas áreas a fim de viabilizar a disponibilização de vagas para as beneficiadas;</p> <p>- Encaminhamento das inscritas que possuem ensino médio completo para as instituições de ensino públicas e privadas, com as quais foram firmadas parcerias com a proposta para cursos técnicos e profissionalizantes.</p>	<p>- Divulgar a iniciativa para as potenciais empresas em que as beneficiadas poderão ingressar;</p> <p>- Credenciar as empresas interessadas em fazerem parte da iniciativa e firmar termo de compromisso após elas apresentarem as vagas disponíveis exclusivamente para as beneficiadas;</p> <p>- Encaminhar para processo seletivo nas empresas credenciadas na proposta as potenciais beneficiadas observando-se as especificidades das vagas em concordância com qualificação de cada uma;</p> <p>- Conceder isenção de 1% do total do ISSQN no mês devido pela empresa beneficiada para cada beneficiada empregada a cada quadrimestre, respeitados devidos limites a serem regulamentados;</p> <p>- Certificar com o Selo de Responsabilidade Social LGBT as empresas credenciadas pelo período mínimo de um ano na proposta, com o intuito de reconhecer o comprometimento das empresas em incluir travestis e transexuais no mercado de trabalho formal;</p> <p>- Encaminhar para o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) travestis e transexuais que possuem negócio próprio informal para regularização perante os órgãos fiscais competentes;</p>	<p>- Realizar palestras e oficinas com membros diretores das empresas participantes e não participantes com o intuito de conscientiza-los a respeito tratamento pelo nome social das travestis e transexuais.</p>